

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E PODER DE VOZ DE JOVENS: narrativas, desafios e potencialidades¹

CLIMATE EMERGENCY AND THE POWER OF VOICE OF YOUNG PEOPLE: narratives, challenges and potentialities

Criselli Maria Montipó²
Myrian Regina Del Vecchio-Lima³

Resumo: *Construído a partir da escuta de jovens para o enfrentamento da emergência climática em Curitiba (PR, Brasil), este artigo apresenta resultados da pesquisa-ação participativa “Comunicação e educação ambiental sobre emergência climática: sensibilização a partir do protagonismo jovem” (2023-2024). O estudo analisa entrevistas grupais realizadas com 18 estudantes do Ensino Médio (de 14 a 21 anos), em dois colégios de áreas vulneráveis. Buscamos compreender o poder de voz da juventude à luz da justiça climática. Três etapas de análise narrativa (acontecimento, organização e conflito), conforme Motta (2013), foram aplicadas em quatro rodadas de grupo focal. Os resultados apontam perspectivas e limitações de participação social para o exercício de protagonismo jovem nos temas de meio ambiente, direitos humanos e cidadania. As discussões sinalizam a necessidade de comunicação com foco educativo, crítico e criativo.*

Palavras-Chave: *Comunicação ambiental. Narrativas. Justiça climática. Jovens.*

Abstract: *Built from listening to young people to face the climate emergency in Curitiba (PR, Brazil), this article presents results of participatory action research “Communication and environmental education about climate emergency: raising awareness based on youth leadership” (2023-2024). The study analyzes group interviews carried out with 18 high school students (aged 14 to 21), in two schools in vulnerable areas. We seek to understand the power of youth voice in light of climate justice. Three stages of narrative analysis (event, organization and conflict), according to Motta (2013) were applied to the four focus group rounds carried out. The results point to perspectives and limitations of social participation for young people to play a leading role in environmental, human rights and citizenship issues. The discussions signal the need for communication with an educational, critical and creative focus.*

Keywords: *Environmental communication. Narratives. Climate justice. Young people.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integra o Grupo Direitos Humanos e Jornalismo (UFSC), o Grupo Click – Comunicação e Cultura Ciber (UFPR) e o Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (Napi) Emergência Climática. E-mail: criselli@gmail.com.

³ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFPR) e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Líder do Grupo Click – Comunicação e Cultura Ciber (UFPR). Integra o Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (Napi) Emergência Climática. Email: myriandel@gmail.com.

1. Emergência climática e juventude

Desde 1990, os relatórios científicos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês)⁴ demonstram que os gases de efeito estufa emitidos por atividades humanas têm elevado a temperatura média da Terra (Shirts, 2022). Ou seja, crianças e adolescentes que hoje vivenciam as situações decorrentes dos fenômenos de mudanças climáticas intensas, ainda nem tinham nascido quando os adultos já estavam bem avisados das consequências de sua forma de vida exploratória e danosa ao planeta. No decorrer destas quase quatro décadas pouco foi feito para adaptar ou mitigar as ações humanas que causam efeitos profundos no intrincado equilíbrio ambiental terrestre.

Apesar dos alertas da comunidade científica, 2024 representa o segundo ano recorde, após o excepcional 2023, no que se refere às altas temperaturas da Terra. Em 2024, institutos de diferentes partes do mundo registraram temperaturas globais sem precedentes, após as marcas de calor acima da média registradas em 2023 (IPCC, 2023). Conforme dados do observatório Copernicus (2025)⁵, 2024 se tornou o primeiro ano em que a temperatura média excedeu 1,5 °C acima do nível pré-industrial, o limite definido em 2015 pelo Acordo de Paris para reduzir significativamente os riscos e efeitos negativos das mudanças climáticas. Em 2024, recordes globais foram quebrados para níveis de gases de efeito estufa, temperatura do ar e da superfície do mar. Essas transformações no equilíbrio planetário contribuíram para a recorrência cada vez mais frequente de eventos climáticos extremos, como inundações, ondas de calor e incêndios florestais e urbanos.

A par dessa realidade, nove instituições de ensino e de pesquisa paranaenses formaram, em 2022, o Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (Napi)⁶ com foco em Emergência Climática

⁴ O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é um órgão independente da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com objetivo de produzir recomendações científicas aos decisores políticos e ao público (UNDP, 2023) Veja em: <https://www.ipcc.ch>.

⁵ O Serviço de Monitoramento das Alterações Climáticas do Copernicus (C3S) presta informações sobre o clima pelo programa de Observação da Terra do Copernicus da União Europeia. Veja em: <https://www.copernicus.eu/pt-pt/acerca-do-copernicus>.

⁶ O Napi Emergência Climática é financiado pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. Mais detalhes: <https://www.iaaucaria.pr.gov.br/napi-emergencia-climatica/>

(EC). O Napi-EC consiste em uma rede de cientistas que buscam soluções e analisam dados relacionados às questões climáticas. Com mais de 50 pesquisadores de diversas áreas, a rede se divide em cinco eixos, que realizam estudos ambientais, desenvolvimento de medidas de adaptação e planejamento de maneiras efetivas de comunicar a crise. O Eixo 5 do Napi EC, no qual a presente pesquisa se desenvolve, prevê *Ações e Perspectivas Educacionais/Comunicacionais no Processo de Sensibilização e Conscientização para o Enfrentamento da Emergência Climática no Estado do Paraná*.

Neste contexto, as estratégias para comunicar e discutir as formas de enfrentamento da crise em curso exigem atenção e responsabilidade (Modifica, 2022), para informar, mobilizar e cobrar ações imediatas. Afinal, as populações mais vulneráveis, em especial jovens e crianças, estão mais suscetíveis aos desdobramentos, cada vez mais perceptíveis. Um dos documentos que apontam essa situação e nortearam a delimitação do projeto foi o relatório elaborado pela Unicef, *A crise climática é uma crise dos direitos da criança*, que apresenta o Índice de Risco Climático das Crianças, lançado em 2021. Conforme o relatório, cerca de 1 bilhão de crianças e adolescentes, quase metade dos 2,2 bilhões de jovens e crianças no mundo, vivem em um dos 33 países classificados como de risco extremamente elevado aos efeitos das mudanças no clima (Unicef, 2021). Conforme Grandisoli et al (2021), grande parte da infância e da juventude em todo o mundo está exposta a uma combinação complexa de efeitos climáticos associados a fatores que aumentam sua vulnerabilidade, como a falta de acesso à água, ao saneamento, à saúde e à educação.

Impulsionados por condições climáticas cada vez mais preocupantes e por perceberem a ausência de ação concreta para enfrentar e minimizar a crise, jovens têm se engajado ao ativismo climático (Montipó e Del Vecchio-Lima, 2024b). Somente em 2019, diversos grupos de jovens organizaram mais de 6 mil protestos de rua no mundo, mobilizados em mídias sociais por ações climáticas globais (Berkhout et al, 2023). Jovens ativistas tiveram destaque na ocupação de prédios públicos, espaços culturais, plataformas de petróleo, entre outros locais para chamar a atenção de tomadores de decisão, especialmente governos, instituições e empresas. A imagem de jovens com mãos cerradas e gritos coletivos por justiça estão cada vez mais presentes nas ruas e nas redes.

Assim, a pesquisa *Comunicação e educação ambiental sobre emergência climática: sensibilização a partir do protagonismo jovem*, realizada em Curitiba (PR), etapa desenvolvida entre 2023-2024, buscou articular iniciativas comunicativas e de educação ambiental

construídas a partir da escuta de jovens em áreas de risco climático, para contribuir no processo de sensibilização e conscientização, com foco na busca por justiça climática. A ancoragem na urgente discussão sobre justiça climática se dá diante da necessidade de que sejam cobradas medidas imediatas diante da crise. A perspectiva propõe o enfrentamento da emergência e da injustiça climática pela responsabilização daqueles que efetivamente causaram o desequilíbrio e têm mais condições de enfrentá-las. Desse modo, a luta por justiça climática busca o reconhecimento das desigualdades sociais vividas em razão da dívida climática, em especial dos países do Norte Global com os países do Sul Global (Mira Bohórquez, 2023). Portanto, no prisma adotado – de pesquisa-ação participativa (Fals Borda, 2008) –, a população local ocupa espaço de protagonismo, é envolvida na resolução de problemas e questões a partir de sua perspectiva e pode se engajar na luta por justiça.

Neste artigo, buscamos compreender o poder de voz da juventude diante da crise climática a partir das entrevistas grupais coletadas com 18 estudantes do Ensino Médio (faixa etária de 14 a 21 anos), durante quatro rodadas de grupos focais realizadas em dois colégios públicos de Curitiba. A seleção desses grupos levou em conta diversos fatores, em especial socioambientais, já que as instituições selecionadas estão situadas em áreas vulneráveis, conforme o relatório *Avaliação de Riscos Climáticos da Cidade de Curitiba* (2020).

Dentre as bases teórico-metodológicas para a execução da pesquisa, também foram norteadoras a dialogia freiriana e a perspectiva emancipatória, conforme hooks (2017). Aderente ao princípio de autonomia, defendido por Freire (2019), e em atenção aos pressupostos da comunicação, o mapeamento das estratégias adotadas por grupos vulneráveis para enfrentamento da emergência climática foi realizado por meio da consulta a estudantes, situados nas regiões de maior fragilidade de Curitiba.

O artigo está dividido em outras três seções: apresentamos o delineamento do estudo e suas estratégias analíticas, quando discutimos os resultados a partir da matriz para análise empírica do poder de voz (Motta, 2013); analisamos narrativas, desafios e potencialidades; e tecemos as considerações finais.

2. Aspectos teórico-metodológicos

Essa pesquisa, situada no bojo da pesquisa social, tem foco na compreensão de agentes em relação e em perspectivas (Minayo, 2016) e apropria-se do método qualitativo a fim de

interpretar fenômenos sociais. Busca compreender experiências e percepções de tópicos sensíveis, que exigem abordagem delicada. Outra característica da pesquisa qualitativa, aqui valorizada, é a de que, conforme Bauer et al (2015), trata-se de uma abordagem crítica e emancipatória.

A fim de promover escuta de jovens e reflexão sobre meio ambiente, direitos humanos, cidadania e emergência climática, optamos pelo desenho de uma pesquisa-ação participativa (Montipó et al, 2024). Conforme Zapata e Rondán (2016), essa perspectiva teórico-metodológica refere-se a um conjunto de abordagens latino-americanas assentadas em três pilares em comum: a) pesquisa; b) participação; e c) ação. Na pesquisa-ação-participativa, a ciência é produzida levando-se em conta a construção de conhecimentos complexos, populares e científicos, aplicados à realidade da população (Fals Borda, 2008).

Outra importante premissa da pesquisa é de que todas as áreas sociais devem assumir responsabilidades que provoquem ações imediatas de enfrentamento diante da emergência climática. As práticas comunicacionais, em especial a informação jornalística – entendidas como espaço de mediação democrática e de vigilância dos direitos humanos – devem colaborar na discussão sobre riscos e possibilidades diante da situação em curso. Os desafios das áreas de comunicação para sensibilização social incluem tratar o tema de modo ético, com atenção às vulnerabilidades implicadas e à responsabilização dos agentes envolvidos (Montipó e Del-Vecchio-Lima, 2024b).

Para compreender a qualidade das informações sobre emergência climática recebidas pela juventude e quais possibilidades de ação existem a partir da comunicação, o processo contou com a realização de discussões coletivas e duas rodadas de grupo focal em cada colégio. A coleta foi realizada entre abril e maio de 2024, nos dois encontros iniciais e reuniu 6 estudantes em uma das instituições de ensino (de menor porte) e 12 estudantes na outra, com maior número de matriculados. Portanto, 18 estudantes participaram da pesquisa, que contou com quatro rodadas de grupos focais. Os demais encontros, realizados de maio a julho de 2024 contemplaram oficinas semanais, em contraturno, e o desenvolvimento de produtos de comunicação sobre justiça climática, contabilizando 12 encontros em cada colégio, além dos eventos de encerramento.

Neste recorte, em específico, nos debruçamos sobre o material coletado nos grupos focais. A pesquisa com grupos focais tem por objetivo captar, “a partir de trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações de um modo que não

seria possível usando outras técnicas, como questionários, entrevistas individuais ou observações” (Gatti, 2015, p. 234). Entendidos também como entrevistas grupais (Gaskell, 2015), os grupos focais, presenciais, ocorreram no primeiro semestre de 2024, nas dependências dos dois colégios.

A elaboração dos roteiros de entrevistas, relacionados aos objetivos da pesquisa, contou com cerca de dez questões para cada uma das duas etapas de grupo focal, replicadas nos dois colégios. O intuito foi investigar de modo processual, por isso optamos por iniciar a discussão a partir de temas mais amplos, como a compreensão dos estudantes acerca da crise climática, até chegar em temas mais específicos, como a importância de se informar e comunicar conteúdos sobre justiça climática. O roteiro, que funciona como um guia para a moderação da entrevista grupal, abordou questões semiestruturadas e foi planejado de forma progressiva, para aprofundar o debate a cada nova rodada de discussão. Levou-se em conta que o público adolescente tinha diferentes níveis de compreensão sobre o assunto, visto que eram estudantes do 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

Os tópicos tratados na *primeira rodada* de grupo focal foram os seguintes: conhecimento acerca do termo emergência climática; consequências das mudanças climáticas; percepções sobre essas mudanças no local onde vivem; pessoas mais afetadas com as mudanças climáticas; localizações geográficas das pessoas impactadas; ações tomadas pela comunidade para prevenir ou minimizar os problemas gerados; ações tomadas pelos governantes sobre o assunto; impactos das mudanças climáticas no modo de vida futuro; consequências na vida individual e social; e atitudes necessárias diante das mudanças no clima. Na *segunda rodada* de grupo focal, inserimos outros tópicos: grupos sociais mais prejudicados por questões climáticas; eventos ou desastres climáticos recentes; políticas públicas sobre questões climáticas em periferias, quilombos, comunidades indígenas, entre outros espaços de risco; cor, gênero e idade das vítimas de desastres climáticos; amparo e suporte de recursos financeiros para comunidades afetadas; conhecimento sobre justiça climática e racismo ambiental; meios usados para obtenção de informações a respeito da emergência climática; credibilidade das fontes de informações; a abordagem da comunicação sobre o tema; meios e possibilidades comunicativas produzidas por jovens para sensibilizar sobre a mudança climática.

As quatro aplicações de coleta contaram com duas pesquisadoras dividindo as figuras de moderação – responsável por mediar e facilitar a interação –, e de observação, para documentar e tomar nota das interações. Afinal, o processo interativo, de construção coletiva,

é um dos principais resultados esperados dos grupos focais. Conforme Cal e Maia (2023), nas entrevistas realizadas em grupos e de modo focalizado os participantes são estimulados para que respondam uns aos outros. Assim, as discussões grupais se aprofundam e podem gerar possibilidades concretas nas comunidades, o que é desejado na pesquisa-ação participativa (Fals Borda, 2008).

Como destacado, os colégios participantes foram mapeados em 2023, na primeira fase da pesquisa, e integram comunidades escolares em vulnerabilidade socioambiental e risco climático – tais instituições de ensino se situam em regiões suscetíveis a ondas de calor, deslizamentos, enchentes, inundações e alagamentos. A seleção dos entrevistados se deu de forma voluntária, pela disponibilidade de adesão, tendo em vista que as atividades foram realizadas no contraturno escolar e que, após o ciclo de coleta de dados por meio dos grupos focais, a participação estava relacionada à frequência às oficinas e à produção de materiais de comunicação ao final das etapas. Nas reuniões anteriores às entrevistas grupais, foram dadas informações sobre o projeto e distribuídas as cópias dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para serem assinados pelos familiares ou responsáveis.

Para garantir o sigilo e a privacidade dos estudantes participantes, os dados coletados nas rodadas de grupos focais não foram identificados de forma personalizada e são protegidos pela confidencialidade (Gil, 2019). Os estudantes participantes são identificados apenas como E1, E2, sucessivamente até E18. A pesquisa tem autorização da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, e é aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)⁷. Aqui, no caso específico dos grupos focais realizados com adolescentes, optamos pela moderação ativa que, além de indicar os procedimentos adotados nos grupos, durante as entrevistas grupais, intervém para coordenar a vez de fala dos participantes e estimular o engajamento nas discussões (Cal e Maia, 2023).

2.1 Estratégias da análise

Os procedimentos metodológicos contaram com recursos da análise crítica da narrativa (Motta, 2013). Para o autor, as narrativas são relações argumentativas – atos de fala – e se estabelecem no contexto da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos,

⁷ A pesquisa foi submetida ao CEP-CHS da UFPR sob o número CAAE nº 77446424.1.0000.0214 e aprovada com o Parecer número 6.750.424.

vontades e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e de poder, o que torna a metodologia adequada para análises sob a perspectiva da justiça climática.

Conforme Motta (2013), a análise da narrativa é apropriada para observar a configuração de uma intriga e suas nuances, principalmente, para compreender a construção simbólica da realidade. Por meio dessa análise, ponderamos sobre como as pessoas compreendem, representam e constituem o mundo de modo argumentativo. Na hibridação aqui adotada, a análise da narrativa busca focalizar o poder de voz dos jovens. A perspectiva da justiça climática, portanto, associa desenvolvimento e direitos humanos em busca de uma abordagem centrada nas pessoas para enfrentar as mudanças no clima da Terra. As ações buscam garantir os direitos das populações mais vulneráveis, distribuindo, de forma equitativa e justa, os prejuízos e benefícios da mudança do clima e seus desdobramentos (IPCC, 2023). Isso requer contranarrativas capazes de cobrar e confrontar instâncias de poder social, que pouco têm feito para reverter os problemas gerados pelos modos de vida e produção predatórios, apesar de seus recursos e possibilidades abundantes – resultado da acumulação de capital – as principais causas do desequilíbrio ambiental e das mudanças climáticas.

Ao adotarmos a matriz para análise empírica do poder de voz sugerida por Motta, atentamos à pluralidade de intervenções, já que a narrativa resulta em um produto plurivocal em que interesses contraditórios se sobrepõem. A partir dessa metodologia, compreendemos as narrativas como polissêmicas (multiplicidade de vozes e de interesses), bem como polifônicas (várias histórias se entrecruzam). Assim, a estratégia metodológica aqui empregada, já aplicada em pesquisas anteriores, privilegia três movimentos interpretativos propostos por Motta (2013): 1) a recomposição da intriga ou do acontecimento das narrativas; 2) a organização da narrativa (categorizada nos eixos em torno do tema da pesquisa); e 3) a revelação de conflitos enquanto *frame* estruturador da narrativa sobre justiça climática.

O arcabouço analítico também se ampara nas contribuições da interseccionalidade, compreendida como um instrumento teórico e metodológico adequado para estudarmos a vivência humana conectada às experiências (Collins e Bilge, 2021). Conforme as autoras, a interseccionalidade é uma forma de entender e analisar experiências humanas, especialmente as que apresentam estruturas sociais desiguais vinculadas à organização de poder centralizado, como é o caso das medidas para combater as injustiças climáticas. Ao aderirmos o ponto de

vista interseccional, nos aproximamos também do debate epistemológico da decolonialidade⁸, que privilegia o enfoque às subjetividades subalternizadas e excluídas (Bernardino-Costa et al, 2018), a partir do Sul Global. É importante demarcar que as cicatrizes coloniais permanecem visíveis nos territórios explorados. Conforme Walsh (2008), isso se dá a partir da *colonialidade do poder* (padrão de dominação global a partir da exploração da América e do modo de produção capitalista), da *colonialidade do saber* (caráter eurocêntrico de controle do conhecimento), da *colonialidade do gênero* (comete violações de direitos a partir da intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade), e da *colonialidade da natureza* (compreende o ambiente como espaço subalterno a ser explorado). No que se refere à emergência climática, a colonização da natureza e a hegemonia do conhecimento eurocêntrico são processos complementares (Martins e Espinoza, 2018), já que estão no centro de uma disputa sobre o poder de nomeação da crise ambiental contemporânea.

2.2. Análise empírica do poder de voz

Conforme já destacamos, diante da situação ambiental contemporânea, os jovens são diretamente interpelados pelos eventos climáticos decorrentes do aquecimento global e do desequilíbrio ecológico a ele relacionado, não podendo ser excluídos das discussões e das ações de enfrentamento da crise (Pena-Vega, 2023). Infelizmente, a juventude não tem sido ouvida com seriedade, por isso tem se utilizado de megafones nas ruas e nas redes sociais (Berkhout et al, 2023). A negligência com as gerações atuais e futuras, que receberam e receberão a herança de degradação ecológica, é ainda mais aguda nos países do Sul Global, historicamente colonizados e explorados. Walsh (2008) lembra que a colonialidade da natureza é a própria colonialidade da vida. Afinal, dominar, explorar e conquistar o ambiente é algo fundamental para a manutenção da colonialidade até a atualidade, já que tal dominação hierarquiza grupos sociais.

A manutenção da desigualdade e da iniquidade oriundas da colonialidade está relacionada, segundo Walsh (2008), aos quatro poderes já indicados. Por isso é importante, para nosso prisma analítico, recorrer à matriz para análise empírica do poder de voz (Motta,

⁸ A decolonialidade abarca a longa tradição de resistência das populações negras e indígenas. Portanto, a teoria decolonial se debruça sobre os modos com quais os sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar na decolonização.

2013). O autor destaca que há um acirrado combate pelo poder de voz, pela autonomia narrativa, por vezes interdita. “Um poder fortemente disputado na atualidade social, ainda que seja difícil identificá-lo de maneira tangível e observá-lo empiricamente, pois embora os atores da relação sejam sujeitos concretos, eles só se tornam interlocutores em sutis processos de comunicação” (Motta, 2013, p. 213).

Desenvolvida a partir das narrativas comunicativas e jornalísticas, a matriz original considera as construções discursivas mediadas pelos meios de comunicação, que apresentam singularidades técnicas, *ethos* próprios, interesses comerciais e ideológicos particulares, seguido do corpo de profissionais que hierarquizam, enquadram e posicionam as narrativas de acordo com seus valores pessoais e interesses profissionais. Nesta trama há, ainda, inúmeras personagens-testemunhas, que trazem seus pontos de vista sobre os fatos sociais. “Veículos, profissionais, indivíduos e grupos sociais estão assim em contínua ‘negociação’ política e simbólica” (Motta, 2013, p. 220). O autor encoraja adaptar esta matriz à análise de outros processos de enunciação.

Nosso interesse, a partir dessa matriz, foi compreender as instâncias de poder no que se refere à justiça climática. Procuramos analisar a seguinte hierarquia: primeiros narradores (tomadores de decisão); subordinação dos segundos narradores (pessoas responsáveis pela circulação de informações sobre emergência climática – profissionais ou público em geral), e a submissão dos terceiros narradores (a juventude, diretamente implicada nas consequências da crise, mas nem sempre ouvida). Portanto, a discussão da coleta dos grupos focais privilegiou o seguinte movimento analítico: a) como jovens compreendem a interação entre crise climática, cidadania, direitos humanos e participação social; b) quais poderes de vozes emergem da experiência social e narrativa de jovens; c) como os jovens podem exercer a contranarrativa, a partir de suas próprias vozes (protagonismo).

Conforme Martins e Espinoza (2018) os espaços de tomada de decisão sobre a crise ambiental e climática, apresentados como arenas de participação social, são pouco abertos à diversidade cultural – ao que acrescentamos, também geracional. As diferenças de classe, gênero, faixa etária, raça e etnia, por exemplo, são preteridas pelos sistemas de governança. Para essa pesquisa, ao contrário, tal diversidade é desejada e, apesar da amostra de pessoas entrevistadas ter sido construída a partir de adesão voluntária, o perfil foi diversificado, conforme os dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil de identificação de estudantes participantes

Características	Indicadores	Total	Percentual
Idade	14 anos	3	16,67%
	15 anos	8	44,44%
	16 anos	3	16,67%
	17 anos	2	11,11%
	18 anos	1	5,56%
	21 anos	1	5,56%
Cor/etnia/raça	Amarela	1	5,56%
	Branca	7	38,89%
	Indígena	1	5,56%
	Parda	8	44,44%
	Preta	1	5,56%
Identidade de gênero	Feminino	12	66,67%
	Masculino	6	33,33%
Turma	1º ano	13	72,22%
	2º ano	2	11,11%
	3º ano	3	16,67%

Fonte: As autoras (2025)

Pudemos, desse modo, atuar com adolescentes – na maioria estudantes dos anos iniciais do Ensino Médio –, que vivenciam experiências em áreas de risco climático. Tal configuração é importante, já que ações coletivas juvenis se articulam a partir dos locais de moradia e de questões ligadas à urbanidade (Ferreira e Magalhães, 2010), tendo a cidade como espaço preferencial da participação juvenil.

3. Narrativas, desafios e potencialidades

A presente análise narrativa dos grupos focais contou, como sugere Motta (2013), com um diário de campo para anotar detalhes das entrevistas e na releitura das transcrições, aqui entendidas como narrativas, já que implicam o poder de voz dos jovens diante da luta por justiça climática. Elaboramos arquivos estruturados para sistematizar as informações e, a fim

de registrar consonâncias, hibridizamos com a proposta de análise temática que, conforme Motta, colabora na identificação de sentidos confluentes.

A primeira etapa de análise se ocupa de compreender a recomposição da intriga ou do acontecimento das narrativas. Conforme Motta (2013), a análise rigorosa e sistemática da comunicação narrativa no contexto de sua configuração pode revelar jogos de poder, o que é importante na disputa de vozes sobre justiça climática. Nos detemos, nesta fase analítica, à compreensão dos lugares de fala dos jovens participantes (Tabela 1).

No que se refere à faixa etária, os grupos de estudantes entrevistados nos dois colégios foram compostos, na maioria, por jovens de 15 anos, o que representou 44,44% da amostra. Sobre cor/etnia/raça, a predominância foi de pessoas autodeclaradas pardas, também no total de 44,44%, seguida de pessoas brancas (38,89%), com uma pessoa autodeclarada preta, uma indígena e uma amarela (5,56% cada). Na categoria identidade de gênero, 66,67% identifica-se no grupo feminino, tendo nos dois colégios, a presença de pessoas trans. Tal diversidade é imprescindível para o debate acerca da justiça climática, já que corpos e subjetividades são atravessados de modos distintos a partir de seus lugares sociais.

O segundo passo de análise centrou-se na organização da narrativa (categorizada nos eixos em torno do tema da pesquisa). A partir do mapeamento das comunidades em situação de risco, buscamos identificar a compreensão da juventude sobre a crise climática e suas estratégias de enfrentamento (Montipó e Del-Vecchio-Lima, 2024a). Nossa metodologia dialógica busca respeitar “o saber de experiência feito” (Freire, 2019), ou seja, valorizar os saberes existentes nas comunidades, pela identificação de suas potencialidades e fragilidades.

Assim como sugerido na execução de grupos focais, iniciamos com um recurso audiovisual para facilitar a discussão, criar um ambiente favorável e introduzir o principal tema do debate. O vídeo *Emergência climática e as múltiplas infâncias: por um futuro no presente*, elaborado pelo Portal Lunetas⁹, tem duração de 2 minutos e serviu para estimular a discussão inicial.

Figura 1 – Vídeo apresentado para iniciar a discussão

⁹ O Portal Lunetas, integrante do Instituto Alana, busca disseminar informações e explorar múltiplos olhares para as infâncias do Brasil. Para mais detalhes: <https://alana.org.br>.



Fonte: Reprodução/ Portal Lunetas (2021)

O vídeo aborda o tema emergência climática pelo prisma da infância, indica responsáveis a serem cobrados para enfrentar a crise, além de relacionar possíveis soluções. Narrado na voz de uma criança, o material questiona o esvaziamento do termo “emergência climática”. A produção do vídeo contou com uma rede de apoio composta, entre outros, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Greenpeace, Observatório do Clima e Engajamundo. Abaixo a transcrição, para melhor compreensão:

Algumas palavras vão se esvaziando. Como bexigas vão se esvaziando. Esvaziamos o sentido da palavra emergência? Quando uma palavra é repetida, sem ações que as justifiquem, ela se torna vazia. Quando uma palavra é repetida, apenas para embelezar, ela se torna vazia. A emergência climática é uma realidade agora. Pede rapidez e agilidade. Não deixar que se esvazie o significado da palavra emergência é, agora, no presente criar um futuro para todas as crianças. Não deixar que se esvazie o significado da palavra emergência é, agora, pressionar políticos e empresas para ações públicas e concretas que barrem a crise climática. Não deixar que se esvazie o significado da palavra emergência é, agora, proteger nossas florestas, mudar padrões de consumo e produzir energia limpa. Não deixar que se esvazie o significado da palavra emergência é, agora, aprender com quem ainda fala palavras cheias de ações. Ouvir povos indígenas, quilombolas, cientistas, mestres da nossa cultura. Não deixar que se esvazie o significado da palavra vida é, agora, responder à pergunta: O que você faz diante de uma emergência? (Portal Lunetas, 2021, transcrição, s.p.)

O termo “emergência climática” vem sendo adotado em meios de comunicação e por entidades ligadas à ONU, para designar a situação emergencial de mudança no clima da Terra,

que exige medidas imediatas. Como já destacamos, a emergência climática aumenta a frequência e a intensidade de eventos extremos que, quando ocorrem em áreas vulneráveis ou de risco, podem se transformar em desastres (IPCC, 2023). São exemplos de fenômenos meteorológicos extremos: enchentes, chuvas torrenciais, ciclones, deslizamentos, furacões, inundações, marés meteorológicas, ondas de frio ou calor extremos, secas, tornados, tufões, vendavais, entre outros. O Dicionário Oxford escolheu a expressão “emergência climática” como palavra do ano, em 2019.

Ao serem questionados sobre o que pensaram ou sentiram ao assistir o vídeo, a questão do esvaziamento da palavra foi prontamente citada, como resume a estudante E4:

Realmente não tem importância as palavras manterem o sentido original, porque é repetida diversas vezes a palavra emergência, no sentido do contexto da emergência climática, mas essa palavra já vem sendo dita faz décadas e nada muda. Não faz diferença nenhuma. Então, repetir a mesma palavra várias vezes durante décadas em diversas reuniões da ONU, sei lá... o [palavrão] não dá o real significado. (E4, informação oral)

Outras jovens fizeram a mesma crítica e levantaram o desconhecimento do termo – a maioria nunca havia ouvido a expressão. Segundo os estudantes, os termos que mais escutam são “crise climática” ou “mudanças climáticas”. “Me mexeu muito porque não adianta você falar a palavra dez vezes e não saber o significado. Você fala, fala, fala e não adianta nada” (E7, informação oral). Tal comentário evidenciou o desconhecimento dos sentidos da emergência climática, muitas vezes relacionada de modo superficial ao efeito estufa e ao aquecimento global, sem a dimensão mais aprofundada das consequências em cadeia. Uma estudante mencionou outra terminologia: “Não é mais aquecimento global, está em ebulição global. Isso foi uma coisa que mudou por conta das questões ambientais” (E18, informação verbal). A discussão inicial entre os grupos de estudantes logo esbarrou na falta de ações:

Eu acho que quanto ao vídeo, o nosso planeta está sofrendo muito. Poluição, muito desmatamento, pessoas passando fome, pessoas vindo ao Brasil, por conta do trabalho ou em busca de comida, mesmo. Acho que está faltando mais ação. Não adianta você falar ou escrever e publicar, você tem que fazer também. (E13, informação oral)

Ainda que não tenha acesso às terminologias específicas relacionadas à crise, a juventude percebe as consequências das mudanças climáticas na atualidade, como a fala da estudante enumera. Outro ponto citado, ainda repercutido a partir do vídeo, é a questão geracional.

Eu achei um vídeo bacana. Tanto que eles colocam uma criança para comunicar e tal, para falar do assunto; e tipo assim, por mais que muitas pessoas ignorem a questão da palavra emergência, algumas procuram ajudar, não é? Então eu acho importante continuar persistindo, falando, procurando espalhar [o tema]. Na questão de terem colocado a criança, eu acho que foi para a gente ter um pouco de empatia [...]. (E3, informação oral)

Esse comentário suscitou a identificação entre os estudantes, já que a maioria comentou ter irmãos mais novos com quem se preocupam, devido às incertezas do futuro da vida humana no planeta. Foi então que se discutiu o senso de comunidade. A entrevistada E4 comentou que a sociedade atual desvaloriza o modo de viver em comunidade e as redes de apoio.

Hoje em dia, é muito comum a pessoa viver sozinha ou com poucas pessoas, do que realmente em uma comunidade. E a gente é um animal social. A gente precisa viver em sociedade. Mas também a nossa mente afeta muito. Viver sozinho, em pequenos grupos ou com ninguém, sabe? Sentir sozinho é uma coisa muito minha. Eu acho que toda hora vou acabar criticando o capitalismo. Mas enfim, tem que seguir. E acredito que o capitalismo traz essa individualidade. Que "se o problema é seu, o problema é seu, você que se vire para resolver. Se o problema é da outra pessoa, é problema dela, você não pode fazer nada para ajudar". Isso, ao meu ver, é um problema enorme. (E4, informação oral)

É interessante como as instâncias de poder vão aparecendo no debate, como evidencia a percepção da estudante E4 sobre o individualismo do capitalismo neoliberal. E logo o grupo passa a identificar polos de poder que precisam ser cobrados: “burguesia”, “dono de indústrias” e “políticos”, como lembram os entrevistados E4 e E8, também em alusão ao vídeo. O Entrevistado 10 complementa, dizendo que somente os representantes públicos podem regular o sistema social, por isso precisam ser reivindicados pelo voto.

É preciso lembrar que as rodadas de grupo focal aconteceram no primeiro semestre de 2024, ano de eleições municipais. A política local já estava em pauta nas conversas, apesar de poucos jovens da amostra estarem aptos a votar. Nesse momento, no primeiro grupo focal surge a questão do *greenwashing*, termo em inglês adotado para indicar a prática enganosa que consiste em divulgar produtos, políticas ou ações como ecológicas ou "verdes" (UNDP, 2023). “*Greenwashing* é quando uma empresa vende uma imagem de que ela está se responsabilizando, tentando cuidar mais dos produtos para não serem prejudiciais para o ambiente, mas na verdade não fazem nada, só serve como propaganda. Só fingimento” (E1, informação oral). Nesse aspecto, discutiu-se o caso do coco verde, vendido embalado e com canudo de plástico, tornando um produto natural (que geraria apenas resíduo orgânico) em poluente.

Ao discutirem sobre consumismo e atenção às propostas de políticos, os estudantes apontaram preocupação com comunidades mais vulneráveis à crise climática, como ribeirinhos, povos originários, quilombolas, idosos, crianças, pessoas em situação de rua, moradores de periferias. No entanto, nessa primeira rodada de discussões a necessidade de políticas públicas voltadas para essas populações ainda apareceu de modo bastante vago. A ideia que prevaleceu foi a de realização de campanhas populares para apoiar vítimas em momentos de desastres climáticos, ainda sem uma criticidade mais aguçada sobre a cobrança de ações públicas efetivas e constantes.

Ao final dessa rodada, os estudantes foram estimulados a avaliar a discussão realizada em grupo, usando uma palavra que viesse à mente. Muitas palavras tiveram sentido individual, como “gratidão”, “motivação”, “alívio” e até “felicidade” por discutir o tema, além de palavras de sentido coletivo, como “comunidade”, “empatia”, “influência”, “cooperação” e “esperança”. Um dos participantes mencionou “choque de realidade”. Questionado, ele explicou: “Eu vou dizer que o que senti nesse encontro hoje foi um choque de realidade muito grande... Porque é muito preocupante o que senti agora, ouvindo o que cada um contou sobre a situação” (E10, informação oral). O comentário suscitou a interação com outras estudantes: “Sempre vivendo em uma fantasia, não é? Como se nada tivesse acontecendo com a nossa bolha” (E4, informação oral). Frase que foi complementada por outra participante: “Aí a gente estoura a bolha vai para o mundo real, totalmente diferente” (E7, informação oral).

O propósito das primeiras rodadas de grupo focal, nos dois colégios, foi iniciar a discussão sobre emergência climática, até chegar na perspectiva da justiça climática e nas possibilidades comunicacionais para tratar os temas abordados na segunda rodada. Nesse segundo momento, iniciamos as discussões sobre eventos ou desastres climáticos recentes nas comunidades. Nos dois grupos foram citados temporais, chuvas de granizo, secas, estiagens e vendavais que atingiram bairros do entorno ou os próprios colégios, já afetados por ondas de calor. Vários participantes relataram ter vivenciado inundações e enchentes, alguns até com várias gerações da família enfrentando o problema de modo cíclico, com a perda de bens materiais em virtude das cheias de rios próximos de suas casas, ano após ano. As discussões também destacaram doenças que se proliferam mais em períodos de chuvas intensas seguidas por ondas de calor, como é o caso da dengue.

Ao aprofundarmos as discussões sobre quais grupos sociais são mais prejudicados por questões climáticas, logo aparece o recorte étnico-racial, sociodemográfico e socioeconômico

de vítimas ou sobreviventes de desastres climáticos. Foi quando introduzimos a perspectiva da justiça climática. Grande parte dos estudantes nunca tinha ouvido falar a respeito do tema, outros associaram à questão estrutural de racismo ambiental, prática de combinar políticas públicas e/ou ações da indústria para beneficiar a população branca, enquanto transfere custos para as pessoas negras e racializadas (Acselrad, 2010).

Em lugares periféricos, as nossas casas não têm uma estrutura boa e tem muita enchente. Uma pessoa que mora na periferia ou em regiões periféricas ou não tem uma casa em boas condições, ela vai sofrer muito mais com enchente, com chuva, com frio, com calor intenso. Pessoas nessa situação sofrem muito mais do que pessoas que, por exemplo, tem um ar-condicionado em casa, em cada cômodo [...].
(E4, informação oral)

Uma das estudantes deu seu próprio exemplo de injustiça climática, lembrando que já vivenciou inundações recorrentes em sua casa. “A gente já apareceu até na TV pedindo ajuda” (E14, informação verbal). Foi então que tratamos de políticas públicas para populações em risco climático, com ações de suporte e recursos financeiros para comunidades afetadas. De modo geral, os estudantes apontaram ausência de iniciativas nesse sentido, em especial porque tomadores de decisões (governos, instituições, empresas e pessoas de classes sociais mais altas) não estão interessadas em desenvolvê-las. É importante demarcar que três (dos quatro grupos focais) foram realizados antes do desastre climático ocorrido no Rio Grande do Sul (entre abril e maio de 2024), por isso o assunto não apareceu nas discussões, apenas nas oficinas realizadas posteriormente.

A partir deste ponto das entrevistas grupais, sobre a ausência de ações efetivas, passamos a discutir como a população pode se envolver na discussão e chegamos aos meios usados para obtenção de informações a respeito da emergência climática. Os estudantes evidenciaram que recebem informações a partir de vídeos, fotografias e notícias, especialmente por redes sociais como *TikTok*, *Instagram*, *Facebook* e *X*¹⁰, seguidos pelo *Youtube*. Os meios de comunicação convencionais aparecem em segundo plano. Assistem à televisão geralmente por iniciativa ou na presença de familiares e responsáveis.

Diante do volume de desinformação sobre emergência climática, este tópico foi inserido nas discussões. Sobre a credibilidade das fontes de informações sobre a crise climática, os jovens consideram os meios de comunicação jornalísticos mais efetivos, e citam

¹⁰ Microblog anteriormente chamado Twitter, hospedado em <https://twitter.com>.

como boas fontes jornais impressos e emissoras de TV. “A gente tem que ver o mais profundo. Quando eu escuto alguma coisa na rua sobre essas questões, eu tento me informar mais. Aí começo a pesquisar no *Google*, na TV mesmo” (E14, informação oral). A estudante, que já havia comentado que sua família deu entrevistas a uma emissora em uma situação de enchente, complementa: “É porque só passa na TV o que é verdadeiro, eu acho, não é? (E14, informação oral).

Outro aspecto levantado foi sobre buscar informações sobre a previsão do tempo, que ajuda a população na atenção aos fenômenos climáticos extremos, como temporais, estiagens, ondas de calor ou frio. Muitos estudantes têm aplicativos específicos no telefone, alguns acompanham a previsão do tempo pela televisão. Disseram buscar essas informações para sair de casa mais preparados, conferir a temperatura, decidir que roupa usar. Mas, alguns jovens que já vivenciaram inundações ou estiagens severas, revelaram que se sentem ansiosos diante de informações como essas.

Prefiro mil vezes não saber o que está acontecendo no mundo. Porque se eu souber, vou ficar com medo já. Não de doença, mas tipo ciclone, chuva forte. Porque na minha situação, qualquer chuvinha você já sabe o que estoura, não é? Então prefiro nem ficar assistindo muita TV, não. (E14, informação oral)

Outra estudante resume: “Aqueles notícias de que o mundo vai acabar” (E4, informação oral) e complementa: “Eu acho que por causa disso, dessa linguagem de botar medo nas pessoas, a maioria sente assim e pensa: ‘eu não posso fazer nada para mudar isso’ e daí não faz nada mesmo. Se coloca num lugar de conforto” (E4, informação oral). As falas dos estudantes evidenciam como algumas informações podem gerar ansiedade climática (ecoansiedade). Conforme Santos e Braga (2022), esse conjunto de consequências à saúde mental pode ser conceituado como a angústia relacionada às crises ecológicas, que ocorre após a experiência pessoal em eventos climáticos traumatizantes. Alguns enfoques informativos alarmistas ou catastrofistas podem, também, gerar pânico e imobilidade.

Nesse ponto, abordamos a questão da linguagem e de abordagens mais adequadas sobre a crise climática. É importante demarcar que as pesquisas no campo da comunicação têm demonstrado que sensibilizar as pessoas para a crise em curso é um processo desafiador, que precisa equilibrar a necessidade de abordar a questão em sua complexidade e transversalidade sem, ao mesmo tempo, deixar as pessoas perplexas, ansiosas e desmotivadas diante da gravidade do problema (Shome e Marx, 2016; Modifica, 2022).

Embora pareça sutil, a mudança de enfoque na comunicação para que seja propositiva e crítica exige habilidades técnicas específicas. Por isso, questionamos como gostariam de ser informados sobre o assunto. Muitos enfatizaram a necessidade de a temática estar presente nas redes sociais, em vídeos curtos, em jogos online e na fala de influenciadores digitais. Algo interessante foi considerarem práticas artísticas para sensibilizar, como música, pintura, vídeo, entre outros: “Falar mais das questões climáticas em meios culturais” (E1, informação oral).

Nesse ponto, questionamos o poder de voz da juventude diante da crise e os estudantes foram unânimes em destacar que não são ouvidos. Então os estimulamos a pensar em sonhos que gostariam de realizar. Foi surpreendente perceber que todos os sonhos eram coletivos: “Melhoria das condições dos povos” (E15, informação oral). “Acabar com o capitalismo” (E4, informação oral). O destaque foi para a redução da desigualdade e a necessidade de serem ouvidos. “Um mundo onde a gente conscientiza mais pessoas sobre essas temáticas e começa a lutar para ter um futuro melhor” (E1, informação oral).

As rodadas de grupo focal trouxeram pontos relevantes e demonstraram que, embora a juventude tenha afinidade com comunicação digital e formas artísticas para sensibilização sobre o tema, a possibilidade de planejarem ações que transformem a realidade concreta necessita de outros interlocutores, graças ao poder de voz ainda reduzido dessa geração. A pesquisa foi desenhada para que os assuntos fossem aprofundados nas oficinas e mobilizados nos produtos de comunicação gerados a partir dessas discussões (Montipó et al, 2024). Afinal, procuramos estimular o protagonismo jovem, a partir da comunicação, para que, como sugerem Grandisoli et al, 2021), jovens possam influenciar as tomadas de decisão em diferentes níveis, contribuindo para a construção coletiva de soluções para a crise.

Considerações finais

Esse trabalho busca priorizar a escuta e incentiva o protagonismo narrativo à parcela jovem da população que habita as áreas suscetíveis a riscos climáticos, a partir da matriz de análise empírica do poder de voz (Motta, 2013). A perspectiva da justiça climática, compreendida como movimento global para que investimentos de enfrentamento à emergência climática sejam compatíveis com as responsabilidades e condições de respostas à crise (Neiva et al, 2023), é o eixo que norteia a efetividade do poder de voz da juventude. As discussões dos

grupos focais evidenciaram a consciência dos jovens diante das instâncias de poder e a percepção do potencial da comunicação para sensibilizar e promover mudanças.

As discussões, com resultados analisados no decorrer deste artigo, centraram-se na compreensão dos sujeitos de pesquisa empenhados em identificar e desenvolver soluções coletivas para problemas da realidade social a que pertencem. O método se aproxima dos propósitos do Eixo 5 do Napi EC diante da tarefa de buscar estratégias eficazes para comunicar a crise, principalmente para populações mais vulneráveis.

Nossa pesquisa-ação participativa, assentada sobre a dialogia (Freire, 2019) e a perspectiva emancipatória (hooks, 2017), vislumbra desafios e potencialidades comunicativas diante da emergência climática. Consideramos que as contranarrativas podem provocar posturas de transgredir e intervir na colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza, como sugere Walsh (2008). Nossa análise acentua a necessidade de se desenvolverem estratégias eficazes para comunicar a emergência climática, em especial, levando em conta públicos invisibilizados, como têm sido os jovens.

Referências

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - O caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, 2010, p. 103-119.

AVALIAÇÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS DA CIDADE DE CURITIBA (2020). **Prefeitura de Curitiba**. Em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2020/00305799.pdf>. Acesso: 3 fev. 2025.

BAUER, M.W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G.. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BERKHOUT, Frans et al. **Simples: Mudança Climática**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2023.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiásporico**. São Paulo: Autêntica, 2018.

CAL, D.; MAIA, R. C. M. Grupos focais e grupos de discussão. In: MAIA, R. C. M. (org.). **Métodos de pesquisa em comunicação política**. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 17-38.

COPERNICUS. **The 2024 Annual Climate Summary**. Em: <https://climate.copernicus.eu/global-climate-highlights-2024>. Acesso: 15 jan. 2025.

FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación Acción Participativa), **Peripecias**, n. 110, 2008 [1999], p. 1-14.

FERREIRA, G.; MAGALHÃES, D. Juventude e comunicação: pluralidade e diversidade social. In: BARBOSA, M.; MORAIS, O. J. de. **Comunicação, cultura e juventude**, v. 1. São Paulo: Intercom, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 59ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2015.

GATTI, B. Grupo focal: fundamentos, perspectivas e procedimentos. In: RICHARDSON, R. J. (Org.). **Metodologias Qualitativas: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2015.

GRANDISOLI, E.; BELLAGUARDA, F.; MORAES, R. A emergência climática e as novas oportunidades para as juventudes. In: GRANDISOLI, E.; TORRES, P. H. C.; JACOBI, P. R.; TOLEDO, R.; COUTINHO, S.; SANTOS, K. **Novos temas em emergência climática**. São Paulo: IEE-USP, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. **Relatório Síntese sobre Mudança Climática 2023**. Em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-04/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf. Acesso: 2 fev. 2025.

MARTINS, R.; ESPINOZA, R. Colonialidade e efeitos de verdade sob a perspectiva socioambiental. **Contemporânea**, v. 8, n. 1, 2018. p. 83-109.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S.; GOMES, R. (orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

MIRA BOHÓRQUEZ, P.C. Justicia climática: reflexiones críticas para una nueva comprensión del problema. In: P. C. Mira Bohórquez & Muñoz Fonnegra (Eds.). **Estudios interdisciplinarios sobre el cambio climático**, Colombia: Universidad de Antioquia, 2023. p. 113-149.

MODEFICA. **Jornalismo e Engajamento Climático**. São Paulo, 2022.

MONTIPÓ, C. M; BELLIARD, A.; DEL VECCHIO-LIMA, M. R. Comunicação sobre justiça climática: construção de proposta metodológica de pesquisa-ação participativa em dois colégios públicos de Curitiba. In: **Anais...** 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Balneário Camboriú, Intercom, 2024.

MONTIPÓ, C. M; DEL VECCHIO-LIMA, M. R. Jóvenes y construcción colectiva de respuestas a la crisis climática: sensibilización a través de la comunicación ambiental. In: JIMÉNEZ, J. M. (org). **‘Comunicación e Innovación Sostenible’**. Congreso Internacional de

la Asociación Española de Investigación de la Comunicación, v1. Bellaterra, 2024a. p. 1489-1509.

MONTIPÓ, C. M; DEL VECCHIO-LIMA, M. R. Jovens Ativistas e Justiça Climática: Uma Análise das Articulações de Txai Suruí e Amanda Costa. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**. v.11 (1), 2024b. p. 1-26.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, Brasília, 2013.

NEIVA, J.; CÁRCAMO, A. M.; MANTELLI, G. **Impulsionando a ação climática a partir dos direitos humanos**. Instituto Clima e Sociedade. Conectas DH, 2023.

PENA-VEGA, A. **Os sete saberes necessários à educação sobre as mudanças climáticas**. São Paulo: Cortez Editora, 2023.

PORTAL LUNETAS. **Emergência climática e as múltiplas infâncias**: por um futuro no presente, 2021. Em: <https://www.youtube.com/watch?v=5SidaNL9BEU>. Acesso: 10 jan. 2025.

SANTOS, C.; BRAGA, J. T. S. Eco-ansiedade: reflexões sobre a angústia da juventude relacionada à crise ecológica. In: CUSTÓDIO, A. V. SANTOS, C. L. (orgs). **Direitos de juventude**. Criciúma: Editora Belcanto, 2022.

SHIRTS, M. **Emergência climática**: O aquecimento global, o ativismo jovem e a luta por um mundo melhor. Greenpeace Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2022.

SHOME, D.; MARX, S. **A comunicação das mudanças climáticas** – Um guia para cientistas, jornalistas, educadores, políticos e demais interessados. Rio de Janeiro: Unifesp/Centro de Pesquisas sobre Decisões Ambientais/Universidade de Columbia, 2016.

UNDP - United Nations Development Programme. **The Climate Dictionary - Speak climate fluently**. New York: UNDP Climate, 2023.

UNICEF - United Nations Children's Fund. **The climate crisis is a child rights crisis - Children's Climate Risk Index**. 2021. Em: <https://www.unicef.org/reports/climate-crisis-child-rights-crisis>. Acesso: 18 fev. 2025.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, n. 9, 2008. p. 131-152.

ZAPATA, F; RONDÁN, V. **Pesquisa-ação participativa**. Instituto de Montaña, 2016.